

Projeto de Reurbanização da Orla Lagunar de Maceió – REURBOLAM

Relatório da Audiência Pública

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação (Semed)

16 de março de 2017

Maceió/AL

Projeto de Reurbanização da Orla Lagunar de Maceió

I. Convite para a assembléia e consulta pública

O convite para assembléia comunitária se deu por meio de publicação no jornal de grande circulação em Maceió, Jornal Tribuna Independente, assim como publicação no Diário Oficial do Município, site e redes sociais da Prefeitura de Maceió, além do chamamento por meio de lideranças comunitárias. A convocação foi realizada cerca de uma semana antes da audiência.

II. Objetivo e descrição do projeto

Às 19h00 do dia 16 do mês de março de 2017, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua Gen. Hermes, nº 1199, bairro da Cambona, nesta cidade de Maceió – AL, foi realizada Audiência Pública para apresentação aos moradores da região o Projeto de Reurbanização da Orla Lagunar de Maceió – REURBOLAM, que tem como objetivo requalificar e reurbanizar a orla lagunar, beneficiando, os bairros da Levada, Bom Parto, Mutange e Bebedouro, em Maceió.

O projeto foi apresentado e a audiência conduzida pelo Sr. Ricardo Aragão, Consultor da Prefeitura de Maceió e pelo Assessor da Prefeitura, Gustavo Novaes. Cerca de 200 pessoas também participaram, entre a comunidade, estudantes universitários e lideranças comunitárias. Também estiveram presentes representantes da Prefeitura Mac Lira, Hugo Felipe e Raíssa Barbosa.

A audiência foi aberta às dezenove horas pelo Sr. Gustavo Novaes, que falou sobre a importância do projeto e da intervenção, que a Prefeitura vem elaborando há anos e que começa a entrar numa fase de definição. Segundo Novaes, “até então a gente vinha em fase de discussão com a instituição financeira pra viabilizar o projeto, e estamos chegando à fase final. Então agora começa o projeto de fato, agora estamos em discussão com a comunidade e com a sociedade local a respeito dessas intervenções que estão sendo propostas, e que vão se refletir no projeto executivo que vai ser implementado pela Prefeitura de Maceió”, explica.

Em seguida, Novaes falou sobre a primeira audiência, realizada no dia 20 de fevereiro deste ano, e parte da população presente estava também no primeiro encontro. “Há muitos rostos novos, que não estavam na outra audiência, e esses encontros vão se tornar práticas habituais com a comunidade. Vão existir reuniões periódicas pra apresentação e discussão do projeto. Logicamente, cada vez mais, isso vai ganhar adesão e participação das pessoas. Muitas pessoas de fato estão conhecendo o projeto agora, quando a gente começou uma fase de campo, de levantamento e cadastro pelas pessoas que estão em campo. Essa é uma fase importante pra identificação de quantas pessoas há na região, quantas casas, qual a condição de moradia e qual a condição social de cada pessoa que reside no bairro. Muitos perguntam: ‘pintaram minha casa e não pintaram a casa vizinha’, eu digo a vocês que todas as casas do bairro serão marcadas, pra que a gente possa estabelecer um projeto que atenda a todos. Esse é o objetivo da Prefeitura. Evidentemente que isso precisa passar com uma discussão ampla com a sociedade, principalmente com os moradores locais, e é nessa fase que nós estamos. Nós não marcamos uma audiência publica pra discutir questões de ordem legais, é uma questão de apresentação do projeto, principalmente as relacionadas a parte ambiental e social, que são as duas principais vertentes do projeto, são os dois principais pilares, e é com isso que o projeto é construído”, esclarece.

Ainda de acordo com Novaes, o projeto visa também a melhoria ambiental, para trazer de volta a lagoa para a cidade, que está passando por sérios problemas de degradação. Além disso, há a questão social de precariedade nas habitações, moradias, condição do serviço público oferecido, é uma região que sofre bastante com inundações e alagamentos em períodos de chuvas. É uma região que não possui rede de esgoto, então muitas doenças são decorrentes dessa ausência de infraestrutura, muitas ruas não pavimentadas, ausência do fornecimento de água em alguns pontos, todas essas questões o projeto visa recuperar e levar para toda a comunidade. Essa série de intervenções vai melhorar o bairro, principalmente para os moradores do local.

Para algumas dessas intervenções será necessário realocar pessoas, mas o projeto tem o objetivo de realocar em habitações construídas no próprio bairro, diferente de outros projetos que tiram os moradores do local e levam para outros bairros distantes.

“A gente preparou uma apresentação pra vocês e vou chamar o Ricardo Aragão, Consultor da Prefeitura, e que vai fazer uma apresentação a todos para que todos, de fato, entendam o contexto do projeto e o que a gente tá trazendo pra vocês hoje. O Mac é o nosso secretário de Desenvolvimento Territorial, ele é quem é o gestor do projeto no município, e a equipe dele é quem está acompanhando todos os trabalhos. Qualquer problema relacionado a qualquer tipo de intervenção, a gente vai poder discutir esse assunto dentro da Secretaria, na área de habitação. A pessoa que tem liderado hoje, no bairro, é a Suzana, é a pessoa que está à frente das equipes que estão em campo nesse momento. Qualquer dúvida, estaremos sempre à disposição e cada vez mais presente na comunidade para apresentar e discutir com vocês o projeto”, explica e conclui Gustavo Novaes.

[Gustavo passou a palavra para o Ricardo].

Aragão esclareceu sobre a dinâmica de apresentação, e que após o discurso inicial irá abrir espaço para os questionamentos da população. Segundo ele, o objetivo é que as perguntas possam servir para que cada morador obtenha cada vez mais clareza sobre o programa.

Segundo Aragão, “quem acompanhou a divulgação inicial do projeto sabe reconhecer o Maceió de Frente Pra Lagoa, e há uma razão para termos escolhido esse nome, pois ao longo de muitos anos, após muitas administrações municipais e estaduais, sempre olharam de frente para o mar, e quando você está de frente para o mar, você está de costas pra lagoa. O objetivo desse programa é criar uma nova dinâmica, onde a administração pública municipal passa a olhar para a lagoa e propõe soluções para os problemas que foram construídos ao longo de décadas”, afirma.

[Aragão mostra, por slide, imagens aéreas de alta resolução da região da Orla Lagunar, onde serão feitas as intervenções. Mostra, também o campo de futebol, o bairro em geral, a lagoa e identifica a forma como o bairro começou e se organizou].

“Se o bairro do Bom Parto e outras áreas não tivessem sido ocupadas, e por via de consequência sofreram processo de aterro, a margem da lagoa viria até a outra extremidade nos eventos de *maximum maximorum*. Quer dizer, maré mais alta que a lagoa pode alcançar. Isso significa que nós acabamos colocando um bairro num local que não seria o mais adequado para se construir, pois é um local que a natureza reservou para ser área pertencente a lagoa, na sua dinâmica de cheia e esvazia. E essa é, o que a gente entende como premissa, das intervenções que precisam

ser desenvolvidas na região pra que as pessoas possam desenvolver com dignidade e sem os problemas que essa questão da ocupação da lagoa traz”, explica.

A partir da primeira imagem mostrada, pode-se ver a delimitação das bacias hidrográficas que abrangem toda a região do Bom Parto e uma grande parte da Levada. Além disso, foi constatada a organização das casas e a tipologia das mesmas, que foram basicamente classificadas em duas grandes categorias, as habitações consolidadas, que são as que têm razoável disciplinamento urbano, e as habitações subnormais ou precárias.

De acordo com Aragão, “essa audiência visa discutir as questões socioambientais relacionadas ao programa. Na reunião do dia 20 fizemos uma apresentação bastante ampla do Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Orla Lagunar de Maceió. Pretendemos que esse projeto seja bem sucedido, está muito bonito e muito bem elaborado, e esperamos que a gente consiga replicar esse projeto pra outras áreas da lagoa que tem uma problemática parecida”, afirma.

A reunião, que atende a políticas e normativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não possui o mesmo formato das chamadas audiências públicas de natureza ambiental, que visa o licenciamento ambiental. Outra questão ressaltada, é a de que grande parte do território pertence à União, são os chamados territórios de Domínio da União, exatamente por que está relacionado ao que a legislação brasileira fala sobre a distância necessária das moradias com a lagoa. Por conta disso, os moradores não possuem a titulação dos terrenos, já que eles são passíveis de titulação pelo Serviço de Patrimônio da União. Assim, um dos objetivos do programa é, a partir de uma concessão de domínio público que a União Federal está fazendo para a Prefeitura, repassar a titulação, de forma regularizada, aos moradores do bairro.

No sentido de atender a legislação ambiental e territorial, a Prefeitura de Maceió vai estabelecer, por decreto, medidas de natureza legislativa que visam dar respaldo a toda questão de natureza ambiental e territorial do programa.

De acordo com Aragão, “a base de nossa discussão de hoje é a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), quanto o desenvolvimento do nosso programa agride o meio ambiente e como nós olhamos para o território com manchas e o esgoto que escoar para a lagoa. Então claramente o nosso programa é um grande plano de recuperação da área degradada. Tanto pela regularização dessas habitações subnormais, transformando-as em habitações dignas, como também no atendimento de 100% de esgotamento sanitário e drenagem em todo o bairro. A base desse trabalho, que fez a AIA, basicamente se deu na descrição de todas as intervenções que serão feitas, além de terem sido elaboradas diversas alternativas, que foram escolhidas após muitos estudos”.

Além disso, foi feito um diagnóstico ambiental das intervenções, assim como outro diagnóstico bastante detalhado socioeconômico, e foram estabelecidos os prognósticos ambientais, identificação e prescrição dos impactos, a indicação das medidas mitigadoras, para que esses impactos não produzam efeitos negativos, ou o mínimo possível. Foram elaborados diversos programas socioambientais, que visam melhorar de maneira significativa a condição ambiental desse território, dessa área de abrangência do programa, como também elaborar programas de monitoramento ambiental durante toda execução da obra.

O que o projeto pretende, é que a área da lagoa volte a ser espaço público à disposição de todos. E, para isso, será feita diversas atividades e obras de infraestrutura, que visam atrair às pessoas para a beleza da Lagoa Mundaú, como um local de lazer, pesca e atividades econômicas.

O programa consiste, também, na continuidade da Avenida Dique Estrada, já que em projeção futura poderá chegar até o bairro do Rio Novo, passando a ser uma nova entrada da cidade de Maceió. Além de resolver o problema de quem trafega na Avenida Cícero de Góes Monteiro e General Hermes, que possui trânsito caótico pela manhã e a tarde, causando diversos transtornos, inclusive para os transportes coletivos. Além de construir equipamentos públicos, como academia de ginástica, parque e áreas para crianças e idosos em toda a via, que possui 3,4km de extensão, 2.200m em aterro e 1.200m sob estrutura.

[Aragão mostra imagens das unidades habitacionais que serão construídas na Via Lagunar, além dos estabelecimentos comerciais, a ciclovia e o parque com equipamentos que serão construídos no mesmo trecho].

Finalizando a audiência, Aragão mostrou, por imagens, como ficarão as creches, que serão três, explicou onde serão construídas as unidades habitacionais e como será realizada a etapa de desocupação do terreno para a construção e, após isso, a realocação de parte da comunidade para as unidades. Falou, também, da implantação da iluminação pública em LED, da escola de ensino fundamental, que atualmente não está funcionando, reforma do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), implantação do Posto de Saúde e das áreas de lazer e a recuperação de equipamentos sociais.

Explicou, também, sobre as etapas de implantação, que primeiro serão construídas as unidades habitacionais, para assim, as pessoas desocuparem as casas da área de intervenção. Bem como falou sobre as diversas melhorias e benefícios que o programa vai levar para toda a comunidade.

[Aragão abriu espaço para perguntas]

III. Comentários, perguntas e preocupações

As principais perguntas e preocupações dos assistentes a assembléia foram sobre as unidades habitacionais e a realocação dos moradores.

O primeiro morador, Sr. Cícero Costa da Silva, questionou sobre quem possui mais de uma casa, se vai ganhar apenas um apartamento.

O Sr. Gustavo Novaes, representante da Prefeitura de Maceió, respondeu ao morador informando que essa fase é para levantamento da área e das unidades habitacionais existentes na região. “Estamos marcando as casas, identificando quem é o proprietário e quem mora no local, para que, após essa etapa, nós identifiquemos quantas casas essa pessoa possui em seu nome para averiguarmos a situação de cada um, isoladamente”, explicou.

A Sra. Rosilândia da Silva Santos questionou sobre a mudança do local de moradia, o que será feito a respeito disso.

O consultor Ricardo Aragão esclarece: “se a pessoa mora na área de intervenção no qual será preciso sair do local para outra área, posteriormente ela vai escolher se vai para as unidades

habitacionais construídas no local, ou se ela preferir, pode ir para outro bairro, no caso o Estácio Gomes”.

O Sr. Edson Silva Romeiro pergunta sobre quem é dono de imóvel e aluga na região.

Gustavo Novaes responde que “o cadastro é feito no nome do inquilino que estava presente, que também informa o nome do proprietário do imóvel. Se o proprietário quiser fazer o cadastro ou tiver alguma dúvida sobre essa questão pode ir até a SEDET para prestar as informações. A SEDET fica na Av. Governador Afrânio Lages, antiga SMCCU”.

Na sequência o Sr. Gustavo Novaes esclareceu que essa foi uma reunião de apresentação do programa, e que a equipe em campo precisa concluir o trabalho de levantamento cadastral e esse é o ponto principal no momento, pediu a colaboração para a realização do cadastro que vai ser feito até o dia 20 de abril. Após esse cadastro, será possível saber todos os detalhes da situação atual e daí desenvolver-se melhor o projeto e tudo será repassado para a comunidade. Por fim, ficou acordado com a comunidade a realização de outra audiência no mês de abril, ainda a acertar a data e o local, após a realização do cadastro.

Após a fala do Sr. Gustavo Novaes, os presentes se aglomeraram em torno do próprio Gustavo, do Sr. Mac Lira e do Sr. Ricardo Aragão, todos querendo discutir questões particulares a respeito das situações que impactavam diretamente a cada morador, sendo atendidos individualmente, sendo encerrada às 9h30 da noite.

ANEXOS:

- Registro Fotográfico
- Lista de Frequência